

Associação Onçafari

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação Onçafari

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Onçafari (“Entidade” ou “Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (“CPC PMEs”) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (“CPC PMEs”) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Os responsáveis pela Administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


André Roberto C. Santos
Contador
CRC nº 1 SP 267883/O-0

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.396	7.388	Fornecedores	9	469	184
Aplicações financeiras	5	54.218	30.560	Obrigações trabalhistas	10	372	242
Contas a receber		30	9	Empréstimos e financiamentos	11	-	96
Estoques		115	-	Impostos e contribuições		34	18
Impostos a recuperar	6	4	-	Mútuo a pagar	12	600	-
Outros créditos	7	372	213	Total do passivo circulante		1.475	540
Total do ativo circulante		65.135	38.170				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6	-	915	Provisão para riscos	13	2.642	1.805
Imobilizado	8	68.867	47.786	Total do passivo não circulante		2.642	1.805
Total do ativo não circulante		68.867	48.701				
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				Superávit acumulado	14	129.885	84.526
				Total do patrimônio social		129.885	84.526
TOTAL DO ATIVO		134.002	86.871	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		134.002	86.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONCAFARI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas operacionais	15	56.938	10.895
Receita de trabalho voluntário	16	1.939	2.297
Custos com produtos e serviços	17	<u>(128)</u>	<u>(65)</u>
		58.749	13.127
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com pessoal	17	(6.528)	(4.759)
Gerais e administrativas	17	(7.841)	(6.263)
Depreciação	17	(1.751)	(1.309)
Despesa de trabalho voluntário	15 e 16	(1.939)	(2.297)
Outras receitas (despesas)		<u>(330)</u>	<u>382</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		40.360	(1.119)
Receitas financeiras	18	5.643	6.666
Despesas financeiras	18	<u>(644)</u>	<u>(656)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		4.999	6.010
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>45.359</u>	<u>4.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	45.359	4.891
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>45.359</u>	<u>4.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - não auditado		79.635	79.635
Superávit do exercício	14	4.891	4.891
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>84.526</u>	<u>84.526</u>
Superávit do exercício	14	45.359	45.359
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>129.885</u>	<u>129.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONCAFARI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício		45.359	4.891
Ajustes para reconciliar o Superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	8	1.751	1.308
Baixa líquida de ativo imobilizado	8	171	155
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	28	35
Provisão para riscos	13	837	877
Rendimento das aplicações	17	-	(6.666)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(21)	(3)
Estoques		(115)	-
Impostos a recuperar		907	(809)
Outros créditos		(159)	193
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		285	40
Obrigações trabalhistas		130	88
Impostos e contribuições		<u>16</u>	<u>13</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		49.189	122
Juros pagos sobre empréstimos	11	<u>(28)</u>	<u>(29)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>49.161</u>	<u>93</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(23.020)	(23.096)
Aplicação financeira		(23.655)	24.330
Recebimento pela venda do imobilizado	8	<u>18</u>	<u>82</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(46.657)</u>	<u>1.316</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de mútuo	12	600	-
Pagamentos empréstimos e financiamentos	11	<u>(96)</u>	<u>(121)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		504	(121)
(REDUÇÃO)/AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.008</u>	<u>1.288</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.388	6.100
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	10.396	7.388
(REDUÇÃO)/AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.008</u>	<u>1.288</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO ONÇAFARI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Onçafari (“Entidade” ou “Associação”) com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado em 05 de outubro de 2015, com o objetivo de prover as preservações da flora e fauna silvestres, promover estudos e pesquisas científicas, propiciar lazer e entretenimento por meio de ecoturismo e realizar ações de conscientização e educação ambiental para a importância da preservação ambiental e desenvolvimento econômico social sustentáveis.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Associação e compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), relativa a entidades sem fins lucrativos.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis materiais a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Entidade possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A seguir, é apresentado o principal julgamento e estimativa efetuada pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis materiais da Entidade:

Provisão para riscos

Quando aplicável, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração da Entidade acredita que a provisão para riscos está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os montantes são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras e têm vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

b) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos títulos representativos desses créditos. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para fazer face ao risco de realização, quando este é aplicável.

c) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

d) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

e) Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A determinação da obrigação estimada relativa a processos tributários, cíveis e trabalhistas envolve julgamento profissional por parte da Administração. Até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, não havia demandas judiciais com risco de perda classificada como provável, não sendo necessária a constituição de provisão.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Uma provisão é registrada quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas considerando-se as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

Para os casos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas, quando necessária, a provisão é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Entidade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, de forma independente do desfecho esperado de causas que os questionem. Os valores provisionados estão líquidos dos depósitos judiciais, quando aplicável.

f) Demais ativos e passivos

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

g) Apuração do superávit do exercício

É apurado em conformidade com o regime de competência. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

h) Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

(i) Receitas sem restrições contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(j) Receita com projetos

Contribuições e doações vinculadas a projetos reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados. Quando ocorrem repasses aos projetos, são reconhecidos contabilmente nas despesas.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

j) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

k) Instrumentos financeiros básicos e outros instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade quando a Entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo esses denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. Os instrumentos são classificados como: (i) instrumentos financeiros básicos; e (ii) outros instrumentos.

l) Impostos

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, usufruindo, dessa forma, de isenção tributária, que assegura o não pagamento/não recolhimento dos seguintes impostos e contribuições:

(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

(c) ITCMD para o Estado de São Paulo.

(d) Programa de Integração Social (PIS).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	372	388
Aplicação financeira (i)	<u>10.024</u>	<u>7.000</u>
Total	<u><u>10.396</u></u>	<u><u>7.388</u></u>

(i) São de resgate imediato, remuneradas a taxas equivalentes a 98% a 101% de certificado de depósito interfinanceiro - CDI em 2024 e 2023 e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras	54.218	30.560

São de resgate imediato, remuneradas a taxas equivalentes a 98% a 101% de certificado de depósito interfinanceiro - CDI em 2024 e 2023 e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Associação possui ainda investimento em títulos do tesouro com rendimentos de 4,13% + IPCA, com vencimento em 15/08/2050.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	-	900
Outros impostos	<u>4</u>	<u>15</u>
	<u><u>4</u></u>	<u><u>915</u></u>
Circulante	4	-
Não circulante	-	915

7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento a fornecedores	369	205
Adiantamento de férias	<u>3</u>	<u>8</u>
	<u><u>372</u></u>	<u><u>213</u></u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado líquido:			
Terrenos	-	304	1.304
Imóveis (i)	-	51.801	32.238
Veículos	20	1.849	2.110
Móveis e utensílios	10	452	396
Equipamentos de informática	20	1.061	248
Máquinas e equipamentos	10	1.459	1.628
Construção e benfeitorias	4	9.207	6.844
Barcos	20	286	417
Semoventes	10	2.448	2.430
Adiantamento a fornecedor	-	-	171
Total		68.867	47.786

- (i) Refere-se substancialmente à compra de Fazendas localizadas no Mato Grosso e no Pará que serão utilizadas para a atividade fim do Onçafari de preservações da flora e fauna silvestres.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	31/12/2023	Adições	Baixas/vendas	Transferência	31/12/2024
Custo:					
Terrenos	1.304	-	-	(1.000)	304
Imóveis	32.238	18.563	-	1.000	51.801
Veículos	2.999	346	-	-	3.345
Móveis e utensílios	493	111	-	-	604
Equipamentos de informática	336	931	-	-	1.267
Máquinas e equipamentos	2.002	47	(42)	-	2.007
Construção e benfeitorias	7.145	2.690	-	-	9.835
Barcos	654	-	-	-	654
Semoventes	2.801	332	-	-	3.133
Adiantamento a fornecedor	171	-	(171)	-	-
Total do custo	50.143	23.020	(213)	-	72.950
Depreciação acumulada:					
Veículos	(888)	(608)	-	-	(1.496)
Móveis e utensílios	(98)	(54)	-	-	(152)
Equipamentos de informática	(89)	(117)	-	-	(206)
Máquinas e equipamentos	(369)	(203)	24	-	(548)
Construção e benfeitorias	(300)	(328)	-	-	(628)
Barcos	(237)	(131)	-	-	(368)
Semoventes	(375)	(310)	-	-	(685)
Total da depreciação	(2.356)	(1.751)	24	-	(4.083)
Valor líquido	47.786	21.270	(189)	-	68.867

	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas/vendas</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo:				
Terrenos	304	1.000	-	1.304
Imóveis	16.250	15.988	-	32.238
Veículos	2.274	992	(267)	2.999
Móveis e utensílios	366	127	-	493
Equipamentos de informática	113	223	-	336
Máquinas e equipamentos	1.778	224	-	2.002
Construção e benfeitorias	4.045	3.100	-	7.145
Barcos	375	334	(55)	654
Semoventes	1.891	980	(70)	2.801
Adiantamento a fornecedor	43	128	-	171
Total do custo	<u>27.439</u>	<u>23.096</u>	<u>(392)</u>	<u>50.143</u>

	<u>31/12/2022</u> (não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas/vendas</u>	<u>31/12/2023</u>
Depreciação acumulada:				
Veículos	(539)	(470)	121	(888)
Móveis e utensílios	(57)	(41)	-	(98)
Equipamentos de informática	(31)	(58)	-	(89)
Máquinas e equipamentos	(177)	(192)	-	(369)
Construção e benfeitorias	(103)	(197)	-	(300)
Barcos	(150)	(124)	34	(237)
Semoventes	(147)	(226)	-	(375)
Total da depreciação	<u>(1.204)</u>	<u>(1.308)</u>	<u>155</u>	<u>(2.356)</u>
Valor líquido	<u>26.235</u>	<u>21.788</u>	<u>(237)</u>	<u>47.786</u>

9. FORNECEDORES

Refere-se a compras e serviços tomados nacionalmente para uso nas atividades da ONG, material das fazendas e prestação de serviços. O prazo médio de pagamentos em 2024 é de 90 dias (127 dias em 2023).

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações com pessoal	30	11
Obrigações previdenciárias	91	63
Provisões de férias	251	168
	<u>372</u>	<u>242</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Vencimento final</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2023</u>
Modalidades:			
Financiamento de veículos	27/08/2024	0,99% a.m.	20
Financiamento de veículos	20/09/2024	1,15% a.m.	29
Financiamento de veículos	03/12/2024	1,49% a.m.	47
			<u>96</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2022 - não auditado	211
Juros apropriados	35
Pagamentos de principal	(121)
Pagamento de juros	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>96</u>
Juros apropriados	28
Pagamento de juros	(28)
Pagamentos de principal	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>

Não havia cláusulas de “covenants” financeiras e não financeiras nos referidos empréstimos.

12. MÚTUO A PAGAR

A Associação captou mútuo no montante de R\$600, com um membro do conselho, com o objetivo de adquirir terras no Parque Taquari, com vencimento em 120 dias e sem incidência de juros, conforme instrumento particular de contrato de mútuo assinado entre as partes, em 23 de dezembro de 2024.

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Entidade, não possui ações judiciais (como réu) de natureza tributária, trabalhista e cível, com probabilidade de perda provável ou possível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, e quando aplicável determina ou não a necessidade da constituição de provisão para contingências. As provisões feitas no período referem-se, ao risco de contingências dos prestadores de serviços.

	<u>Movimentação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	928
Provisão constituída	<u>877</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.805
Provisão constituída	<u>837</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.642</u>

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Associação é constituído pelo atual acervo de bens e pelas contribuições dos associados e de terceiros, rendas, donativos, legados, subvenções, doações ou qualquer outro auxílio recebido e pelos bens que o Onçafari vier a possuir.

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio social da Entidade é de R\$129.885 (R\$84.526 em 2023).

15. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Doações e parcerias recebidas	56.905	10.773
Serviços prestados e vendas de mercadorias	345	136
Devoluções	(296)	(1)
Impostos	(16)	(13)
	<u>56.938</u>	<u>10.895</u>

16. RECEITAS COM TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Foi elaborado pela Administração da Associação Onçafari um estudo de quanto seriam os gastos com as prestações de serviços voluntários:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas com trabalho voluntário	1.939	2.297

Esses valores foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de receitas com gratuidades e voluntariados, com contrapartida em despesas com gratuidades e voluntariados.

O valor dos trabalhos voluntários descritos acima, estão apresentados de acordo coma Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC nº 1409/12. Foi determinado a partir do valor justo de mercado, caso a Associação tivesse a necessidade de pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos com produtos e mercadorias	(128)	(65)
Custo com pessoal	(6.528)	(4.759)
Despesas administrativas	(3.216)	(2.399)
Despesas com veículos	(506)	(538)
Despesas com equipamentos e fazendas	(866)	(437)
Despesas com a equipe	(1.333)	(1.118)
Depreciação	(1.751)	(1.308)
Provisão serviços pessoa jurídica	(1.458)	(877)
Despesas com voluntários	(1.939)	(2.297)
Despesas com viagens	(377)	(426)
Outras despesas	(85)	(469)
	<u>(18.187)</u>	<u>(14.693)</u>
Classificadas como:		
Custos com produtos e serviços	(128)	(65)
Despesas gerais e administrativas	(7.841)	(6.263)
Com pessoal	(6.528)	(4.759)
Depreciação	(1.751)	(1.309)
Despesa de trabalho voluntário e doação de bens	(1.939)	(2.297)
	<u>(18.187)</u>	<u>(14.693)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	<u>5.643</u>	<u>6.666</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(30)	(35)
IOF – Imposto Operações Financeiras	(183)	(8)
Outras despesas financeiras	(3)	(16)
Imposto retido sobre aplicação financeira	(428)	(597)
Total	<u>(644)</u>	<u>(656)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>4.999</u>	<u>6.010</u>

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Em atendimento ao item 27 letra “c” da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS	0,65%	0,65%
CSSL	9%	9%
IRPJ	15%	15%
Total	<u>27,65%</u>	<u>27,65%</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS

a) Considerações gerais

A Entidade possui instrumentos financeiros classificados como “básicos” representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber. Os valores desses instrumentos são reconhecidos nos balanços patrimoniais na data de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam dos valores de mercado.

A Administração da Entidade não identificou a ocorrência de diferenças significativas entre os valores justos dos instrumentos financeiros e aqueles apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) Gerenciamento de riscos

A Entidade possui política para o gerenciamento de riscos que contempla a revisão periódica da estratégia de cobertura para cada tipo de risco ao qual esteja exposta.

A Entidade não está sujeita a riscos de oscilações nas taxas de câmbio, uma vez que não possui saldos a pagar e/ou a receber em moeda estrangeira. A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

21. SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros de responsabilidade cível dos administradores que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. A cobertura do seguro engloba substancialmente danos sobre responsabilidade civil em geral, tendo vigência de um ano, com início em 30 de abril de 2024. O valor máximo de garantia é de R\$20 milhões.

22. COMPROMISSOS

Os imóveis de terceiros utilizados nas operações da Entidade são alugados sendo o prazo de locação e o valor do aluguel suportado por contrato firmado com prazo de 60 meses. O valor incorrido pela Entidade com aluguéis foi de R\$245 em 31 de dezembro de 2024 (R\$188 em 31 de dezembro de 2023). Os contratos são atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM.

23. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Fundação foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 7 de abril de 2025.
